



PL 74/2026

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- **Constituição Federal** - princípio da dignidade da pessoa humana inclui mulheres trans na proteção jurídica contra violência de gênero¹;

- **Código Penal**;

- **Lei nº 7.716/1989, de 5 de janeiro de 1989**, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, sendo aplicada pelo Supremo Tribunal Federal às condutas de discriminação por identidade de gênero (transfobia).

- **Decreto nº 8.727/2016, de 28 de abril de 2016**, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal.

- **Lei Federal nº 10.778, de 24 de novembro de 2003**, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

- **Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera dispositivos do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal; e dá outras providências;

- **Decreto Federal nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010**, que dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).

- **Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013**, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

- **Lei Federal nº 13.421, de 27 de março de 2017**, que dispõe sobre a criação da Semana Nacional pela não violência contra a mulher e dá outras providências;

¹ A norma protege o gênero feminino, não apenas sexo biológico. Violência contra mulheres trans também é violência de gênero. Interpretação baseada em direitos humanos e não discriminação. O MI 7452/DF, julgado pelo Supremo Tribunal Federal em 2025, é hoje o principal precedente sobre o tema.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- **Lei Federal 13.427, de 30 de março de 2017**, que altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.
- **Lei Federal nº 15.125, de 24 de abril de 2025**, que altera a Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), para sujeitar o agressor a monitoração eletrônica durante a aplicação de medida protetiva de urgência em casos de violência doméstica e familiar;
- **Lei Estadual nº 10.948/2001, de 5 de novembro de 2001**, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero no Estado de São Paulo.
- **Lei Estadual nº 17.301/2020, de 18 de março de 2020**, que altera e amplia a legislação estadual de combate à discriminação, reforçando mecanismos de proteção à população LGBTQIA+.
- **Decreto nº 55.588/2010, de 17 de março de 2010**, que dispõe sobre o tratamento nominal de pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo, assegurando o uso do nome social.
- **Lei Estadual nº 17.635, de 17 de fevereiro de 2023**, que dispõe sobre a capacitação dos funcionários de bares, restaurantes, boates, clubes noturnos, casas de espetáculos e congêneres, para habilitá-los a identificar e combater o assédio sexual e a cultura do estupro praticados contra as mulheres, e dá outras providências.
- **Lei Estadual nº 17.637, de 17 de fevereiro de 2023**, que institui a Política Estadual de Qualificação Técnica e Profissional e dispõe sobre a preferência de vagas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado de São Paulo.
- **Lei Municipal nº 13.150, de 20 de junho de 2001**, que introduz o quesito "violência de gênero" no sistema municipal de informações em saúde, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 13.191, de 23 de outubro de 2001**, que dispõe sobre uso dos espaços publicitários nos ônibus e nos abrigos de espera para campanhas educativas contra a violência à mulher.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- **Lei Municipal nº 13.198, de 30 de outubro de 2001**, que dispõe sobre a assistência às vítimas de violência.
- **Lei Municipal nº 13.671, de 26 de novembro de 2003**, que dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.
- **Lei Municipal nº 13.786 de 12 de fevereiro de 2004**, que dispõe sobre a realização de campanhas educativas contra violência à mulher.
- **Decreto Municipal nº 48.495, de 05 de julho de 2007**, que institui o Programa de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- **Lei Municipal nº 14.673 de 14 de janeiro de 2008**, que dispõe sobre a criação de casas-abrigo para o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e seus dependentes, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 15.104 de 2010**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o evento Mulher Com Vida, a ser comemorado anualmente no dia 08 de março, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 15.137 de 25 de março de 2010**, que autoriza a celebração de consórcio com municípios do Estado de São Paulo, objetivando o atendimento às mulheres vítimas de violência, na forma que especifica.
- **Lei Municipal nº 15.203 de 18 de junho de 2010**, que estabelece diretrizes para a Política Municipal de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.
- **Lei Municipal nº 15.635 de 20 de setembro de 2012**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia de Luta e Combate à Violência Contra a Mulher.
- **Lei Municipal nº 16.068 de 04 de setembro de 2014**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Mês do Ativismo pela não Violência contra a Mulher.
- **Decreto Municipal nº 55.089, de 08 de maio de 2014**, que institui o Projeto Guardiã Maria da Penha.
- **Lei Municipal nº 16.165 de 13 de abril de 2015**, que institui a ação Ronda Maria da Penha no âmbito da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, e dá outras providências.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- **Lei Municipal nº 16.684, de 10 de julho de 2017**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, no âmbito do Município de São Paulo, de avisos com o número do Disque Denúncia de Violência Contra a Mulher (Disque 180);
- **Lei Municipal nº 16.823, de 06 de fevereiro de 2018**, que institui um projeto de prevenção de violência doméstica com estratégia de saúde da família.
- **Lei Municipal nº 17.450, de 09/09/2020**, que institui multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar.
- **Lei Municipal nº 17.320, de 18/03/2020**, que dispõe sobre concessão de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica, no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 17.699, de 22/10/2021**, que determina a inclusão de serviços de proteção à mulher vítima de violência nos sites da Prefeitura do Município e da Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 17.579, de 26/07/2021**, que dispõe sobre o encaminhamento das solicitações de acolhimento emergencial e de auxílio-aluguel para mulheres em situação de violência.
- **Lei Municipal nº 17.560, de 31/05/2021**, que dispõe sobre a implantação do acompanhamento psicológico para mulheres vítimas de violência no Município e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 17.840, de 27/07/2022**, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de placas informativas do serviço Disk Denúncia 180 nos sanitários femininos de bares, restaurantes, boates, casas de espetáculos e congêneres, no âmbito do Município de São Paulo.
- **Lei Municipal nº 17.803, de 09/05/2022**, que dispõe sobre a responsabilidade de os condomínios residenciais do Município de São Paulo comunicarem ocorrências de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.
- **Lei Municipal nº 17.962, de 15/06/2023**, dispõe sobre a divulgação do Programa Tem Saída, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 17.957, de 06/06/2023**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do combate à violência nos condomínios contra a mulher, a criança, o idoso, o deficiente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

físico e mental, os animais e entre os vizinhos, a ser celebrado anualmente no dia 22 de novembro, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 17.884, de 02/01/2023**, que institui o Programa de Acompanhamento Psicológico às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, no âmbito do Município de São Paulo.

- **Lei Municipal nº 18.109, de 03/05/2024**, dispõe sobre a criação do Programa de fortalecimento da saúde mental e do enfrentamento à violência psicológica entre mulheres (Wollyng).

- **Lei Municipal nº 18.171, de 24/07/2024**, que dispõe sobre a presença de serviços de segurança em equipamentos públicos de atendimento a mulheres vítimas de violência.

- **Lei Municipal nº 18.122, de 22 de maio de 2024**, que estabelece o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições municipais de ensino, no âmbito do Município de São Paulo.

- **Lei Municipal nº 18.371, de 23/12/2025**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia de Conscientização sobre o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Calendário de Eventos do Município de São Paulo.

- **Decreto Municipal nº 65.058, de 27/03/2026**, que regulamenta conjuntamente, por afinidade de matérias, a Lei nº 17.884, de 2 de janeiro de 2023, que institui o Programa de Acompanhamento Psicológico às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica no âmbito do Município de São Paulo voltado à prestação de acompanhamento psicológico para as mulheres vítimas de violência doméstica, e a Lei nº 18.109, de 3 de maio de 2024, que dispõe sobre a criação do Programa de fortalecimento da saúde mental e do enfrentamento à violência psicológica entre mulheres (Wollyng).

- **Decreto Municipal nº 58.228/2018, de 16 de maio de 2018**, que regulamenta o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública municipal.

- **Decreto Municipal nº 58.227/2018, de 16 de maio de 2018**, que institui o Programa TransCidadania, voltado à promoção da cidadania e inclusão social de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- **Portaria SMDHC nº 37/2021**, de 18 de junho de 2021, que estabelece diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas ao reconhecimento do nome social e à promoção dos direitos da população trans.

- **Lei Municipal nº 18.341, de 28 de novembro de 2025**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal da Visibilidade Trans e Travesti.

- PL 172/2026

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial do Município de São Paulo, o "Dia Municipal de Enfrentamento ao Transfeminicídio - Lei Laura Vermont", a ser comemorado anualmente no dia 20 de junho, e dá outras providências.

- PL 170/2026

Institui o Programa Municipal Caminhos Seguros para garantir infraestrutura, planejamento urbano e segurança preventiva com foco na prevenção da violência contra a mulher no Município de São Paulo.

- PL 207/2026

Institui a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento ao Feminicídio, cria o Sistema Integrado de Proteção à Mulher no âmbito do Município de São Paulo, estabelece diretrizes para a articulação intersetorial de políticas públicas e para a integração de tecnologias de monitoramento, em consonância com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e dá outras providências.

- PL 204/2026 Institui a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça, inclusive em meios digitais, e dá outras providências.

- PL 138/2026

Dispõe sobre a prioridade e a flexibilização de requisitos para inclusão de mulheres em situação de violência doméstica e familiar nos programas habitacionais e de assentamento do São Paulo

- PL 1181/2025

Dispõe sobre a criação de bases da Guarda Civil Metropolitana (atual Polícia Municipal) em bairros e locais estratégicos, visando a proteção e atendimento prioritário de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, especialmente aquelas que possuem medidas protetivas de urgência e dá outras providências.

- PL 1118/2025



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Institui a Política Municipal de Cuidados, Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher – “SP por Elas” no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 959/2025

Institui, no Município de São Paulo, a Campanha Municipal de Combate à Violência Política de Gênero e Raça contra a Mulher, denominada Setembro Neon de combate a violência política de gênero e raça contra a mulher, e dá outras providências.

- PL 746/2024

Estabelece um protocolo na Cidade de São Paulo para combater os crimes da Lei Federal nº 7.716/1989, e dá outras providências (estabelece protocolo específico e individualizado para prevenção à violência e/ou à discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero e para proteção à vítima de homotransfobia).

- PL 741/2025

Institui a Política Municipal de Saúde Mental para Pessoas Trans e Travestis na cidade de São Paulo.

- PL 694/2024

Dispõe sobre a prevenção à violência e/ou à discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero e a proteção à vítima de homotransfobia.

- PL 637/2025

Dispõe sobre a elaboração de estatística sobre a violência contra a população LGBTQIA+ e contra a população preta e no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 418/2025

Dispõe sobre a criação do Observatório da Violência Política Digital de Gênero e/ou Raça contra Mulheres no âmbito municipal e dá outras providências.

- PL 363/2025

Dispõe sobre preferência de vagas para crianças filhas de mulheres vítimas de violência doméstica ou com medida protetiva no âmbito da Educação Municipal da cidade de São Paulo.

- PL 277/2025

Dispõe sobre a concessão gratuita de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, no município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 552/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Acrescenta o § 3º ao Art. 175 do CAPÍTULO VI da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979 (Estatuto do Servidor Municipal), para dispor sobre alocação à servidora pública em situação de assédio sexual, moral, violência doméstica e familiar ou qualquer situação que impute vulnerabilidade ou risco de vida, garantindo alocação em outra unidade para prestação de serviço, a fim de resguardar sua integridade física e psicológica

- PL 94/2023

Altera a Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979 (Estatuto do Servidor Municipal), para dispor sobre medidas protetivas à servidora pública em situação de violência doméstica e familiar, garantindo afastamento remunerado e acomodação em outra unidade para prestação de serviço, a fim de resguardar sua integridade física e psicológica.

- PL 16/2023

Dispõe sobre implementação do Protocolo “Não se Cale”, que visa integrar medidas de combate à violência sexual contra mulheres em espaços de lazer noturno na cidade de São Paulo.

- PL 286/2022

Dispõe sobre a criação do programa observatório da violência contra a mulher, contendo organização de banco de dados municipal em São Paulo, e divulgação periódica norteando políticas de proteção e inclusão social de mulheres vítimas de violência.

- PL 265/2022

Dispõe sobre assistência psicológica e social para famílias de vítimas de feminicídio, no âmbito de São Paulo e dá outras providências.

- PL 194/2022

Dispõe sobre o Programa Municipal de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Política Contra a Mulher.

- PL 193/2022

Cria o Cadastro Municipal de Informações para o Combate à Violência contra a Mulher.

- PL 163/2022

Institui Linha de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, na forma que especifica e dá outras providências.

- PL 41/2022



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Institui a Política Municipal de Combate Comunitário à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, estabelece diretrizes e dá outras providências.

- PL 39/2022

Obriga os hospitais públicos e privados a comunicarem às delegacias de polícia, quando do atendimento em suas unidades de pronto atendimento, os casos de idosos, mulheres, crianças e adolescentes vítimas de agressões físicas.

-PL 868/2021

Institui a Política Municipal de Prevenção e Combate à Violência Política contra a mulher e cria observatório de monitoramento no município de São Paulo a fim de nortear a implementação de políticas públicas com perspectivas de gênero e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 08 de abril de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068